



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150569 - AL (2021/0225157-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : MIKAEL DE BRITO SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CORRÉU : EDUARDO TOBIAS DE ANANIAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MIKAEL DE BRITO SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Processo n. 0802963-82.2021.8.02.0000).

O recorrente sustenta que foi preso preventivamente em 10 de junho de 2019, pesando contra ele a acusação de ter praticado o crime de homicídio qualificado na forma tentada. Todavia, passados cerca de dois anos da prisão, ainda não foi submetido ao julgamento popular.

No mérito, requer o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente